

**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO**

**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE
ESGOTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI
FAZEM A COMPANHIA DE SANEAMENTO
DO PARANÁ - SANEPAR, E O MUNICÍPIO
DE PRIMEIRO DE MAIO, CONFORME
ADIANTE SE DECLARA:**

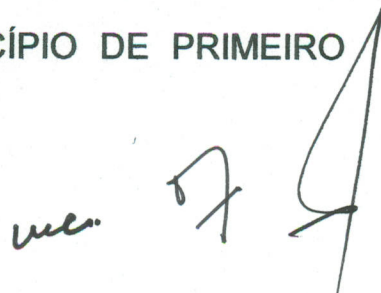
Nesta data, compareceram de um lado, o MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARIO CASANOVA, devidamente autorizado por Lei, e de outro lado, a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, STENIO SALES JACOB, e pelo Diretor Comercial, PAULO CESAR FIATES FURIATI, para firmar o presente Contrato de Concessão, que se regerá pela Lei Municipal nº 187/2005, de 18/08/2005, e no que couber pela Lei Federal nº 8987, de 13/02/95, alterada pela Lei Federal nº 9074, de 08/07/95 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

Ficam concedidos, com exclusividade, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção, coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário.

§ Único - Para os fins previstos no presente Contrato são designados:

a) CONCEDENTE: O MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO;



b) **CONCESSIONÁRIA:** A COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARANÁ -
SANEPAR.

CLÁUSULA SEGUNDA

ÁREA DE ATUAÇÃO

A CONCESSIONÁRIA exercerá a atividade
objeto do presente contrato na área territorial do CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

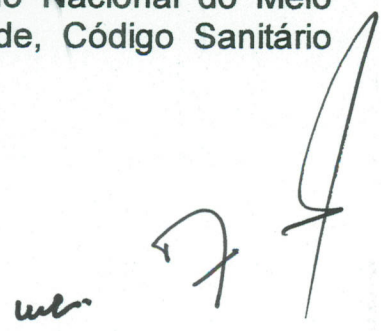
DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Para um perfeito desempenho do encargo
aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade,
diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em
engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à
construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de
abastecimento de água potável e de esgoto sanitário municipais; b)
atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução
dos convênios celebrados para fins do item "a", entre o Município e
órgãos Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar
os serviços de água potável e de esgoto sanitário; d) emitir, fiscalizar e
arrecadar as contas dos serviços que prestar.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser executado em estrita
obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor
de saneamento básico, em especial quanto a qualidade e potabilidade
da água para o abastecimento público, segundo critérios estabelecidos
pela Portaria nº 518, de 26/03/2004, do Ministério da Saúde, bem como
às normas definidas por resoluções do Conselho Nacional do Meio
Ambiente - CONAMA, Código Nacional de Saúde, Código Sanitário
Estadual e legislação municipal correlata.



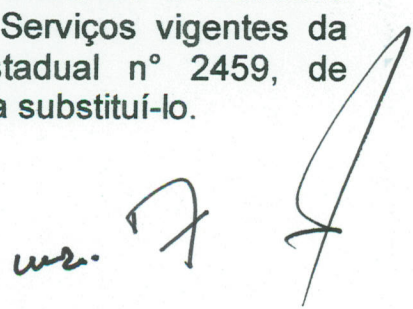
- § 1º – É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do CONCEDENTE, em que o serviço estiver disponível.
- § 2º – A Vigilância Sanitária Municipal, por solicitação da CONCESSIONÁRIA, notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no § 1º desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA

DAS TARIFAS

A remuneração da Concessionária será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços conforme Tabela de Preços de Serviços da SANEPAR, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

- § 1º – A tarifa dos serviços concedidos pelo presente contrato, bem como sua revisão ou modificação, mediante processo devidamente justificado pela Concessionária, será fixada pelo Chefe do Executivo Estadual ou por órgão ou entidade estatal na forma da lei e o cálculo do valor da tarifa terá por base a planilha de custos dos serviços apreciada pelo Conselho de Administração da Concessionária.
- § 2º – A revisão das tarifas ocorrerá sempre que fato superveniente, tais como acréscimo nos custos dos serviços, criação ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, após a homologação da tarifa ou de seu reajuste, venha a provocar o desequilíbrio do contrato.
- § 3º – Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a Estrutura Tarifária e a Tabela de Prestação de Serviços vigentes da Concessionária, conforme Decreto Estadual nº 2459, de 08/01/2004 e Anexos, ou outro que venha substituí-lo.



- § 4º – Para garantia do estabelecido na presente cláusula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que melhor reflita a recomposição inflacionária dos preços dos serviços prestados pela Concessionária, devidamente demonstrado em planilha de cálculo referida no parágrafo primeiro desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA

TARIFAS DIFERENCIADAS

As tarifas serão diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

- § 1º – Atendendo a Política Tarifária adotada pela CONCESSIONÁRIA, a estrutura tarifária será ajustada para cinco (5) segmentos ou categorias de usuários: Residencial, Comercial, Industrial, Pública e Utilidade Pública.
- § 2º – A tarifa mínima será de, pelo menos, 10 m³, mensais de consumo de água por economia da categoria de usuários referida no § 1º desta cláusula.
- § 3º – A concessionária praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal. Os critérios para a caracterização de famílias de baixa renda serão definidos pela autoridade competente.
- § 4º – O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais e entidades declaradas de utilidade Pública, pelo Poder Executivo Municipal, será tarifado com bonificação de 50 % sobre a tarifa normal, a ser regulamentado através de contrato especial.



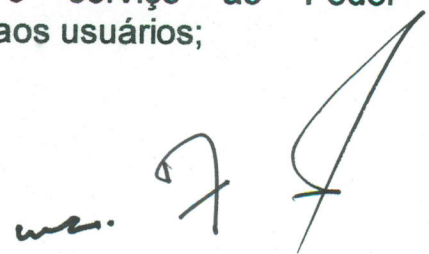
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DO CONCEDENTE:

- I - fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços através do Conselho Municipal dos Usuários;
- II - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares expressas no Decreto Estadual nº 3926/88 e as cláusulas deste contrato;
- III - zelar pela boa qualidade do serviço, receber e encaminhar as reclamações dos usuários à CONCESSIONÁRIA, para que esta solucione a questão no prazo máximo de dez dias, salvo situação oriundas de caso fortuito e/ou força maior, sob pena da aplicação de cláusula penal de 3% (três por cento) sobre o valor bruto da arrecadação mensal relativa ao mês da reclamação, em favor do CONCEDENTE;
- IV - encampar e declarar a caducidade da concessão na forma dos artigos 37 e 38 da Lei nº 8987/95.

DA CONCESSIONÁRIA:

- I - prestar serviço adequado, na forma prevista em lei e neste contrato;
- II - realizar constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de ampliação dos serviços concedidos, dentro de sua Política de atuação;
- III - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- IV - prestar informações sobre o serviço ao Poder CONCEDENTE, ao Conselho e aos usuários;



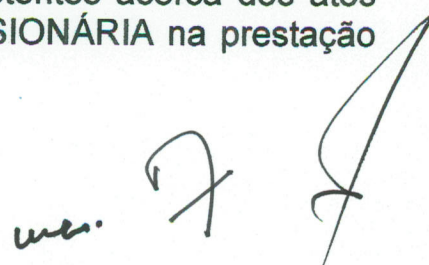
- V - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo Poder CONCEDENTE, conforme ficar acordado em Termo Aditivo ao presente contrato;
- VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como assegurá-los adequadamente;
- VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- IX - efetuar contratações para os fins previstos neste contrato, inclusive de mão de obra, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA e o Poder CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8078/90, são direitos e obrigações dos usuários:

- I - receber serviços adequado;
- II - receber do poder CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - obter e utilizar os serviços, observadas as normas do poder CONCEDENTE;
- IV - levar ao conhecimento do poder público e da CONCESSIONÁRIA, as irregularidades de que tenham conhecimento, referente aos serviços prestados;
- V - comunicar às autoridades competentes acerca dos atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços;





- VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais lhes são prestados os serviços;
- VII - cumprir as disposições do Regulamento dos Serviços Prestados pela CONCESSIONÁRIA (Decreto Estadual nº 3926/88) e as normas inerentes ao serviço editadas pela CONCESSIONÁRIA;
- VIII - pagar pontualmente as contas dos serviços.

CLÁUSULA NONA

DO SERVIÇO ADEQUADO

Além do estabelecido na Cláusula Sétima, a CONCESSIONÁRIA se obriga a atender os seguintes princípios:

- Regularidade/Continuidade – compreende a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão e nas normas técnicas aplicáveis, em caráter permanente;
- Universalidade – compreende a generalidade na prestação dos serviços, isto é, serviços iguais e eficientes para todas as classes sociais;
- Urbanidade – compreende a cortesia no atendimento e tratamento do Cliente e garantia de fácil acesso do mesmo à Empresa para reclamações e sugestões;
- Modicidade das tarifas – compreendendo a justa correlação entre os encargos da concessão e a retribuição dos Clientes através da tarifa e preço dos serviços;
- Segurança/Meio Ambiente e Recursos Hídricos – compreende o desenvolvimento dos serviços concedidos dentro de técnicas apropriadas, que preservem a saúde da comunidade, o meio ambiente e o patrimônio público e privado;

we.  

- Qualidade - compreendendo o atendimento aos padrões de potabilidade e de disposição de efluentes de esgotos sanitários definidos pelas autoridades competentes.

§ 1º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço, a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

§ 2º - O serviço será interrompido mediante aviso prévio por falta de pagamento da conta vencida e não paga há mais de 30 (trinta) dias, sujeitando-se o inadimplente às demais sanções previstas no Regulamento da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a adequada prestação dos serviços públicos concedidos a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Manter o nível de abastecimento com água acima de 99% da população urbana da sede municipal,
- Elevar o nível de atendimento de esgoto a população da sede municipal de 0% em nov/04, para:
61 % até 2006
65% até 2010,
mantendo-se no mínimo este nível até o final da vigência do contrato.
- Obedecer o contido no Decreto Estadual nº3926/88 (Regulamento dos Serviços Prestados pela Sanepar, em anexo)
- Encaminhar anualmente relatório sobre a prestação dos serviços, informando as metas atingidas.

- § 1º - Para cálculo do alcance das metas referidas no caput serão utilizados os dados populacionais do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social.
- § 2º - Os percentuais referidos no caput admitirão uma variação de 0,2% (zero vírgula dois por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

SERVIÇO GRATUITO – VEDAÇÃO

É vedado à CONCESSIONÁRIA, conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOS LOTEAMENTOS

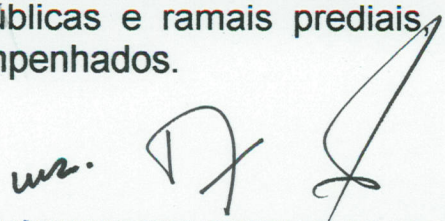
No perímetro urbano, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento, desmembramento ou condomínio, somente será autorizado pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e de esgoto, com os projetos previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA.

- § **ÚNICO** - O proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à CONCESSIONÁRIA, as redes de água e de esgoto implantadas nos empreendimentos, bens estes não indenizáveis pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA RECOMPOSIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, PASSEIOS E CALÇAMENTOS

Caberá à CONCESSIONÁRIA, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de redes públicas e ramais prediais, durante a aplicação e carência dos recursos empenhados.



§ ÚNICO - A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios e calçadas danificadas pela execução dos serviços, sem qualquer custo para os usuários atingidos, devendo a recomposição preservar a situação original do local reparado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DESAPROPRIAÇÃO - SERVIDÃO

O Poder Executivo Municipal declarará de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, os bens imóveis que se tornarem necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgoto, de acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes.

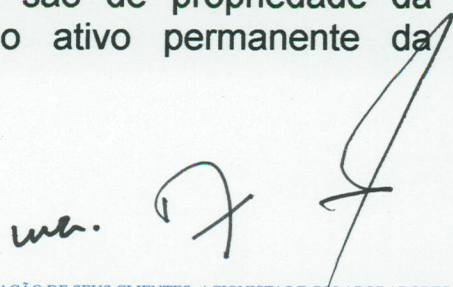
§ 1º – Fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a instaurar os procedimentos de desapropriação ou de instituição de servidões para os fins previstos neste artigo, respondendo pelas indenizações cabíveis.

§ 2º – Por acordo, entre as partes e com autorização do Legislativo Municipal, poderá o CONCEDENTE responder pela indenização da desapropriação ou pela instituição da servidão, desde que haja dotação orçamentária, não podendo a CONCESSIONÁRIA, reclamar qualquer indenização ao termino da concessão, à exceção de benfeitorias úteis ou necessárias introduzidas pela CONCESSIONÁRIA no bem desapropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

BENS E DIREITOS VINCULADOS AO SERVIÇO

O CONCEDENTE através do presente instrumento reconhece que os bens vinculados aos serviços existentes na data de celebração do presente ajuste, são de propriedade da CONCESSIONÁRIA e estão registrados no ativo permanente da CONCESSIONÁRIA.



§ ÚNICO - A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DOS INVESTIMENTOS

Para a realização de novos empreendimentos de interesse do Poder Concedente, deverá ser firmado convênio de parceria entre as partes, mediante elaboração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

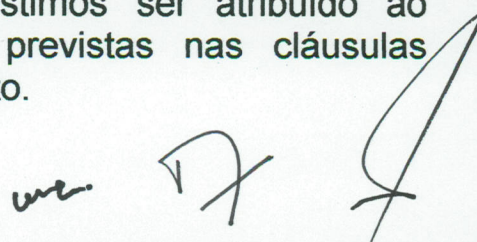
§ 1º - Para o controle e recuperação de interesse comum, o CONCEDENTE celebrará termos de parceria para a execução de ações ambientais com a CONCESSIONÁRIA, mediante Termos Aditivos ao presente Contrato de Concessão, bem como executará programas de parcerias na coleta do lixo e limpeza pública geral, também precedido de ajuste a ser firmados entre as partes.

§ 2º - A CONCESSIONÁRIA repassará, mensalmente 1% (um por cento) do seu faturamento ao Fundo Municipal do Meio ambiente, repasse este que deverá ser aplicado em ações de proteção, recuperação e conservação ao meio ambiente, conjugadas com Política Ambiental da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

OBRAS NOVAS - PARTICIPAÇÃO

A CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, não podendo o ônus resultante de tais empréstimos ser atribuído ao CONCEDENTE, ressalvadas as hipóteses previstas nas cláusulas vigésima quarta e vigésima quinta deste contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

FONTES E BANHEIROS PÚBLICOS

Serão de responsabilidade do CONCE-
DENTE, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes,
torneiras públicas e ramais de esgoto sanitário utilizados pelo
CONCEDENTE ou de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DA INTERRUPTÃO DO SERVIÇO POR FORÇA MAIOR

A CONCESSIONÁRIA não se responsabi-
lará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção
de esgoto sanitário motivada por força maior, como greves, inundações,
acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

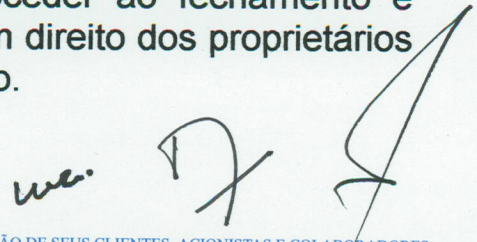
ESTUDOS E PROGRAMAÇÃO DE OBRAS

A CONCESSIONÁRIA manterá constante-
mente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de
implantação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de
sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o
CONCEDENTE nos termos da Lei Municipal de Concessão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

DO EMBARGO DE POÇOS

No perímetro urbano, por solicitação da
CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE através de sua Secretaria ou
entidade responsável, poderá embargar o funcionamento de poços
artesianos, freáticos e cisternas, existentes nos locais, providos de rede
pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e
lacrar as referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários
ou usuários de reclamarem qualquer indenização.



- § 1º - Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas, quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares.
- § 2º - Os poços artesianos/freáticos e cisternas, já existentes, continuam com sua utilização livre, enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde. Nesta hipótese, a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é de única e exclusiva responsabilidade do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.
- § 3º - Na área rural e nos distritos industriais não se configura a referida exclusividade da concessão dos serviços, definida na Cláusula Primeira deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

DA PRORROGAÇÃO

O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado por acordo das partes, a ser celebrado mediante ato formal, justificado e celebrado antes do término do prazo da concessão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por:

- I - término do prazo contratual;
- II - acordo das partes;
- III - falta grave apurada em regular processo administrativo;
- IV - privatização da concessionária;
- V - repasse do controle administrativo a iniciativa privada.
- VI - decisão judicial transitada em julgado.

§ ÚNICO - Declarado extinto o presente contrato, por quaisquer de suas formas, a **CONCESSIONÁRIA** continuará na administração e operação dos sistemas até a data da efetiva transferência ao seu sucessor, resguardando à **CONCESSIONÁRIA** o direito às indenizações prévias previstas neste contrato, exceto nos casos previstos nos itens IV e V, quanto aos investimentos do Estado aplicados na aquisição e manutenção de bens reversíveis ainda não amortizados nem depreciados que serão transferidos sem ônus ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

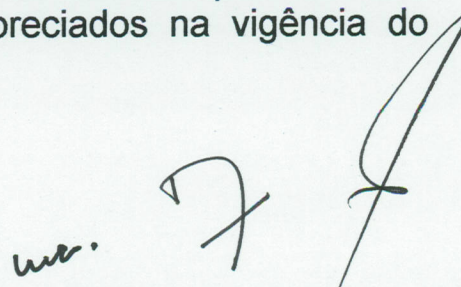
DOS EFEITOS DA RESCISÃO

A partir da rescisão, o **CONCEDENTE**, ficará responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos perante as instituições públicas, autarquias, em qualquer instância ou tribunal, reclamados por terceiros a qualquer título, pessoas físicas ou jurídicas, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, desde que o **CONCEDENTE** tenha autorizado, expressamente e com aprovação do Legislativo Municipal, a contratação destas obrigações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

DA REVERSÃO

Não ocorrendo a prorrogação do prazo de concessão ou advindo a rescisão do presente contrato, o acervo dos sistemas de água e de coleta de esgoto sanitário será revertido ao patrimônio do **CONCEDENTE**, respeitados os estatutos da **CONCESSIONÁRIA**, bem como após o **CONCEDENTE** assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros por ventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar previamente à **CONCESSIONÁRIA** pelo valor contábil as parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados na vigência do contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

DO PRAZO E VIGÊNCIA


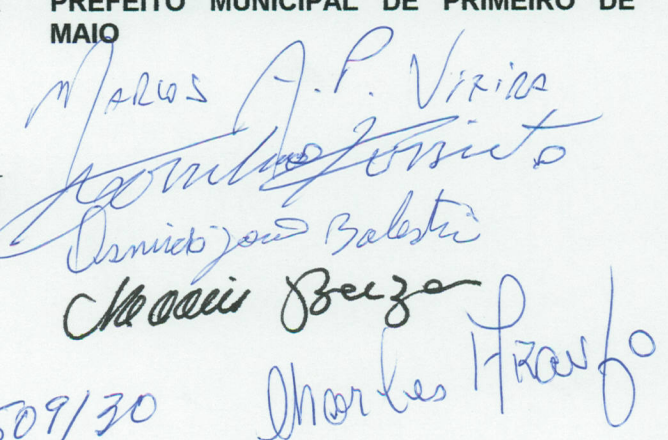
Este Contrato é celebrado pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogáveis por mais 10 (dez) desde que esta prorrogação seja aprovada pelo Legislativo Municipal, e terá vigência a contar de 18/08/2005, conforme artigo 2º da Lei Municipal 187/2005, de 18/08/2005.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA


DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Para plena eficácia jurídica, as partes datam e assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais.

Curitiba, 25 de agosto de 2005.


STENIO SALES JACOB
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR
MARIO CASANOVA
PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
PAULO CESAR FIATES FURIATI
DIRETOR COMERCIAL DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:


238.555.509/30
3.740.950,2

